

## **DOSSIÊ: As Políticas Educacionais de Ação Afirmativas para Negros no Ensino Básico e Superior e seus desdobramentos**

Maria Alice Rezende Gonçalves<sup>1</sup>

Ahyas Siss<sup>2</sup>

A sociedade brasileira, ao celebrar a fusão de diferentes raças para descrever a constituição do seu povo tem, ao logo dos tempos mascarado as

---

<sup>1</sup> Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui estágio pós-doutoral no Centre d'analyse et d'intervention sociologiques da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Bolsista Capes - 2011) e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012). Bolsista do Programa de Incentivo a Produção Científica, Técnica e Artística - Prociência. Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002) e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990) Especialização lato sensu em: Sociologia Urbana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1981), em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008) e em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2016). Aperfeiçoamento em Relações Raciais e Cultura Negra pela Universidade Candido Mendes (2000). Curso Técnico em Design de Interiores pelo SENAC (2017). Atualmente é: docente do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Faculdade de Educação da UERJ e no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da FEBF/UERJ; Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UERJ e membro do Conselho Consultivo e Gestor do Museu Afro-digital Rio; coordenadora e conteúdistas de disciplina Questões étnicas e de gênero (eletiva) do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Consórcio CECIERJ/CEDERJ). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro Brasileiras e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, políticas públicas, ensino superior, cidadania e cultura afro-brasileira. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6120-554X>. E-mail: marialicerezende@uol.com.br.

<sup>2</sup> Professor Associado da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui Graduação (bacharelado e licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ -, Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pós-Doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ). É líder do GPESURER - Grupo de Pesquisa Ensino Superior e Relações Étnico-Raciais, membro do LEAFRO - (NEABi) da UFRRJ e Coordenador do OPAAS - Observatório de Políticas de Ações Afirmativas no Sudeste, com publicações na área de Relações Étnico-Raciais e Educação Brasileira. É professor/pesquisador e membro permanente do PPGEduc (M/D) Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ, Linha de Pesquisa III - Educação e Diversidades Étnico-Raciais. Tem experiência nas áreas de antropologia social, sociologia e educação atuando principalmente nas seguintes áreas: antropologia das populações afro-brasileiras, ação afirmativa e ensino superior, educação das relações étnico-raciais, formação de professores e Lei 10.639/2003. Membro da ANPEd. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6465-5952>. E-mail: ahyas@ufrjr.br.

desigualdades raciais que separam brancos e negros. Mesmo com o fim da escravidão ocorrida a mais de um século as estruturas racistas permanecem na nação brasileira. Somente a partir da primeira década do século XXI as políticas públicas de promoção da igualdade racial entraram na agenda do governo federal. Cabe destacar que tais políticas inclusivas para pretos e pardos foi unanimemente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, em 2014, como constitucional. Considerou-se tratar de um dever do Estado de reparação histórica decorrente da escravidão e do combate a um racismo estrutural existente na sociedade nacional. No sistema de ensino, essas políticas se materializaram com: os primeiros experimentos de ação afirmativa para negros realizados no ensino superior nos estados do Rio de Janeiro e da Bahia e, posteriormente, chegando a rede de universidades federais ; a legislação que altera a nossa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996) tornando obrigatório a introdução nos currículos de ensino básico de conteúdos relativos a história e a cultura de negros e indígenas (leis 10639/03 e 11645/08). Cabe, ainda, reconhecer os pré-vestibulares comunitários como iniciativas que desde o final do século XX têm proporcionado a preparação de jovens pobres, indígenas, pretos, pardos entre outros grupos para o processo seletivo de admissão às universidades.

Pesquisadores e pesquisadoras do campo das relações étnico-raciais e da educação brasileira tem demonstrado que, historicamente, para os(as) membros do grupo étnico-racial negro ((pretos(as) e pardos(as)) o seu acesso e a sua permanência no sistema educacional brasileiro, em qualquer dos seus níveis, nunca se deu de forma tranquila e, sua exclusão deles e de forma particular, do ensino superior é notória. Nunca é demais lembrarmos que a sociedade brasileira, numa perspectiva histórica, se constitui como pós-escravagista onde os direitos que compõem a matriz das cidadanias, tanto clássicas, como contemporâneas, primam por suas ausências. O que concorre para instituí-la sobre bases étnico-racialmente desiguais e extremamente danosas para os membros do segmento racial negro brasileiro. Aqui, a atuação do racismo estrutural pode ser percebido como o mecanismo mais eficaz de interdição do surgimento de oportunidades igualitárias de ascensão

e de sucesso para os membros do grupo étnico-racial negro (pretos + pardos), quando comparada àquelas do grupo étnico-racial branco.

Em uma perspectiva mais contemporânea, a demanda por políticas de ação afirmativa para negros(as), particularmente na área da educação superior pública constitui-se como um dos mais importantes pleitos demandados por alunos(as) negros(as), bem como de membros de outros grupos étnico-raciais, como por exemplo os indígenas, e ainda por segmentos sociais economicamente empobrecidos. Na esfera da educação superior, os experimentos tiveram início, em 2001, nas universidades estaduais dos estados do Rio de Janeiro e da Bahia se expandindo para os demais estados da federação em universidades públicas estaduais e federais. As políticas de ação afirmativa na sua versão de política de cotas, sancionadas através da Lei 12.711/2012 e atualizada pela Lei 13.409/2016 atinge toda a rede de universidades federais e representa a resposta do governo federal às demandas de inclusão de setores sub-representados no ensino superior nacional. Essa lei “Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências”. Regulamentada pelo Decreto 7.824/2012, essa lei é também popularmente conhecida como a “Lei das Cotas”.

Este dossiê apresenta artigos produzidos por pesquisadores com expertise no campo de investigação das relações raciais que criticamente interrogam as políticas inclusivas atuais buscando alcançar um sistema de ensino antirracista e inclusivo. a sociedade brasileira é estruturalmente desigual e as políticas educacionais não escapam desse diagnóstico. Daí a necessidade de refletimos sobre as políticas inclusivas para grupos subalternizados. Os artigos estão agrupados em três blocos: o primeiro bloco reúne os artigos assinados, em co-autoria, pelos coordenadores desse dossiê. Apresenta uma perspectiva ampliada do conceito de ação afirmativa abordando a experiência de ser negro (a) entre ex- alunos (as) de um pré-vestibular comunitário da periferia do Rio de Janeiro que ingressaram no ensino superior. No segundo bloco os autores realçam elementos para discussão no modelo de ação afirmativa nacional. Finalmente, no terceiro

bloco, os autores relatam experimentos em andamento no ensino básico. Esses artigos se aproximam no sentido de que constatarem que as ações afirmativas brasileiras são necessárias para a redução das desigualdades raciais e se encontram em processo de construção de um experimento que guarda as especificidades da nação brasileira.

Para início do debate iniciaremos com os artigos em coautoria dos coordenadores desse dossiê. Gabriela Alves Natmatsu e Maria Alice Rezende Gonçalves em *O pré-vestibular social da Fundação Cecierj (PVS) e a percepção do ser negro (a) entre ex-alunos* tem como objetivo descrever as experiências de ser negro (a), vivenciadas por universitários (as) egressos do Pré-Vestibular social de uma Fundação estadual, o PVS, polo do município de Belford Roxo (RJ). esses cursos podem oferecer ferramentas que auxiliam na construção de uma identidade positiva, por meio de discussões sobre a temática racial, negligenciadas pelas escolas, ou por meio da sociabilidade adquirida. Em seguida, Ahyas Siss e Ângela Ferreira Pace em *Quotas for blacks in contest to fill technical position at UFRRJ: a case study*, nos apresentam um estudo étnico-racial realizado com servidores públicos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Os dados foram recolhidos nesta universidade devido ao fato dela estar localizada na baixada Fluminense, região que concentra uma significativa população de negros (as). Além do fato de o cargo de auxiliar administração reunir um número significativo de ocupantes bem como ser chave para o desenvolvimento de atividades administrativas na universidade.

No segundo bloco reunimos os artigos que nos fornecem uma visão ampliada das políticas de ação afirmativa nas instituições de Ensino superior. Debora Jeffrey em *A Política de Ações Afirmativas: entre a representatividade e a produção acadêmica* se propõe a analisar, mediante levantamento documental de Dossiês envolvendo a temática e que foram publicados entre os anos de 2003 e 2021, em periódicos na área de política educacional e relações étnico-raciais, utilizando os seguintes descritores: ação afirmativa, ações afirmativas, política de ações afirmativas e política de cotas. Nesse estudo, evidenciou-se que a representatividade da política de

ações afirmativas nas publicações selecionadas está diretamente vinculada como sinônimo do sistema de cotas étnico-raciais, sem que se considere as especificidades que envolvem a área de análise de políticas educacionais, permitindo o subsídio das ações dos gestores de instituições de ensino superior públicas.

Sandra Regina de Souza Marcelino em *Memórias, Debates e Produções: tecendo alguns debates acerca das ações afirmativas no Ensino Superior* tem como objetivo fazer um breve relato da implementação da política de cotas na sociedade brasileira e da luta do movimento negro pela democratização e acesso de negros no ensino superior. Para ela, a chegada cada vez mais crescente dos “improváveis” nas universidades desestabilizou a ordem estabelecida, problematizou as equações desiguais instituídas nas relações de poder e contribuiu com as experiências curriculares plurais trazendo para dentro e fora das salas de aula a recomposição epistêmica e os debates acerca da racialização das relações e lugares de poder.

Sérgio Pereira dos Santos e Tatiane de Oliveira em *Eventos e Identidade Negra na Universidade* postulam que uma das missões das universidades brasileiras é propiciar, além das técnicas e da ciência, uma educação integral que valorize e respeite o ser humano por completo considerando as diferenças raciais, culturais, históricas, identitárias, das classes sociais, de gêneros, entre outras. Uma das formas desta valorização pode ser feita por meio das atividades extra sala de aula, a exemplo dos eventos, que são realizados durante os vários anos, em média de quatro a cinco, em que os(as) estudantes passam na universidade. Desse modo, com foco na educação antirracista, o objetivo deste artigo é compreender a relevância dos eventos que tratam das questões raciais, no processo de afirmação das identidades negras, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na visão de professores e estudantes negros e brancos, bem como analisar a dinâmica em que esses processos acontecem. A pesquisa é qualitativa e analisa as narrativas de vida desses sujeitos, em perspectiva etnossociológica, a partir de dados de uma pesquisa de mestrado em Educação. As perguntas norteadoras da pesquisa são: existe apoio institucional para esses eventos? Como se dá essa relação? Os

resultados apontam que as reflexões e as discussões proporcionadas por esses eventos acontecem, principalmente, depois de uma entrada maior de negros(as) na universidade, principalmente pela iniciativa dos próprios coletivos negros. A partir dos dados, percebe-se que os eventos desses coletivos favorecem as afirmações das identidades negras e oportunizam uma educação antirracista, entretanto, muitas vezes, sob pressões e conflitos.

No terceiro e último bloco reunimos os artigos centrados no ensino básico. Alessandra Pio em *Ações Afirmativas e Educação básica: uma relação em construção* utiliza alguns dos resultados obtidos em pesquisa doutoral, concluída em 2020, para ratificar a necessidade de fortalecermos o debate acerca da relevância das ações afirmativas, entre essas, a Lei 10639/2003, para a permanência e sucesso de estudantes negras/os da educação básica. A pesquisa mencionada constatou, dentre outras questões, que aquilo que consideramos como abertura democrática de espaços escolares elitizados e de prestígio, como as Instituições Federais de Ensino, ainda não é o bastante para atender às demandas da população negra. Nesta investigação observou-se a ausência de ações afirmativas de auxílio financeiro, mas também voltadas para a adequação de currículos e posturas - como demanda a referida lei - possibilitando a permanência de estudantes negras/os com qualidade em instituições de ensino básico.

Ivan Cerqueira de Oliveira Silva; Marize Conceição de Jesus e Ricardo Dias da Costa em *Ações Afirmativas no Ensino Básico: implicações em uma escola na Baixada Fluminense* apresentam como pano de fundo desta pesquisa o Projeto Educação para as relações étnico raciais na escola - “múltiplas Identidades”, onde os sujeitos da pesquisa foram os docentes e pessoal de apoio e administrativo de uma unidade de ensino da periferia da cidade de Nova Iguaçu/RJ. Neste artigo os autores apresentam um breve relato sobre as políticas de ação afirmativa e trataram, também, das bancas de heteroidentificação, que surgiram como ferramentas no combate à *afro-conveniência*. Os resultados dessas bancas mostraram que: alguns não se reconheciam como negros o que afeta diretamente a sua participação como

beneficiário no processo de informação e efetivação da lei 12711/2012, mais conhecida como lei de cotas, junto aos alunos do ensino básico.

Cacilda Ferreira Reis; Marcilene Garcia de Souza e Valdeluce Nascimento Santos em *Ações Afirmativas no Instituto Federal da Bahia: um olhar a partir da Diretoria Sistêmica de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis* apresentam algumas considerações sobre as ações institucionais construídas para o fortalecimento das ações afirmativas no Instituto Federal da Bahia-IFBA. Para tanto, destaca-se um conjunto de proposições implementadas pela Diretoria Sistêmica de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis-DPAAE, entre 2020 e 2022. Enfatiza-se a necessidade da avaliação e monitoramento das ações afirmativas para negros, indígenas e pessoas com deficiência, especialmente estas beneficiadas pela Lei Federal 12.711/12 (Lei de cotas) nas Instituições Federais por critérios de escola pública, renda e sub-cotas raciais e étnicas. Assim, espera-se contribuir com as discussões sobre a formulação de metodologias de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil no sentido da ampliação das condições de acesso, permanência e exito para negros, indígenas, pessoas com deficiência e brancos pobres que são beneficiados pela Lei de cotas nas instituições de ensino.

Sabemos que o experimento de políticas de ação afirmativas no sistema de ensino ainda está longe de promover a igualdade racial, no entanto muitos avanços ocorreram desde o início do século XXI onde as políticas inclusivas para negros e demais grupos sub-representados emergiram. Avançamos no que tange a luta pela entrada na agenda governamental por parte dos movimentos negros e, reconhecimento da constitucionalidade dos experimentos na esfera jurídica, pelo Supremo Tribunal Federal. Consideramos que, de um lado houve um crescimento das políticas inclusivas para negros e negras na educação. Notadamente houve um aumento da presença negra nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades brasileiras e um interesse na educação continuada para educadores por meio da exigência de cursos de formação sobre a cultura e a história dos afro-brasileiros para os docentes do ensino básico. No entanto, constatamos haver

problemas no que tange ao repasse de recursos para o cumprimento satisfatório da fase de implementação do conjunto de iniciativas em curso nas várias instituições de ensino. Acrescentamos, ainda, haver barreiras a serem superadas no âmbito de promoção da igualdade social e da continuidade dos experimentos. A revisão da legislação que garante cotas na educação e no serviço público e os fracos investimentos no que tange a implementação das leis que asseguram as culturas e as histórias de negros e indígenas no ensino básico são fantasmas que ameaçam a continuidade dos experimentos. Entendemos que o governo brasileiro, a partir de 2015, não inscreveram as ações de promoção da igualdade racial como prioritárias, reduzindo a abrangência dos órgãos e seu corpo técnico que, na primeira década dos anos 2000 foram responsáveis pela implantação de políticas que reduzissem as desigualdades raciais. Nosso desafio reside em progredir nossa luta por uma educação antirracista e prosseguir nas etapas posteriores à implantação garantindo a permanência dos destinatários dessa política e ampliando, assim, a inserção desses grupos na vida social do país.

Nós, organizadores desse dossiê, agradecemos a colaboração dos autores elencados acima e desejamos que nossos leitores usufruam dessas leituras que relevantes para o campo das relações raciais e educação brasileira.

**Publicado em: 10/03/2023**